
O SUJEITO OCULTO DO CAPITAL E A METAFÍSICA DA ECONOMIA POLÍTICA SEGUNDO MARX

EL SUJETO OCULTO DE CAPITAL Y LA METAFÍSICA DE LA ECONOMÍA POLÍTICA

THE HIDDEN SUBJECT OF CAPITAL AND THE METAPHYSICS OF POLITICAL ECONOMY BY MARX

Glauber Lopes Xavier¹

Resumo: No artigo em questão é realizada breve reflexão sobre a crítica da economia política de Marx e como ela permite, enquanto teoria e método, o deslindamento da economia capitalista. Com esse propósito, num primeiro momento é realizada uma discussão acerca das principais escolas do pensamento econômico que foram alvo da crítica da economia política de Marx e, num segundo momento, os fundamentos da crítica são considerados com o fito de se desvelar a essência dos fenômenos econômicos e sociais, escamoteados pela economia neoclássica por meio de seus pressupostos teóricos e seu instrumental metodológico.

Palavras-chave: Crítica da economia política. Teoria do valor-trabalho. Economia neoclássica.

Resumen: En el artículo en cuestión se lleva a cabo breve reflexión sobre la crítica de la economía política de Marx y cómo se permite, como teoría y el método, la desintegración de la economía capitalista. Para este fin, en un primer momento se realizó un intercambio de las principales escuelas de pensamiento económico que fueron objeto de crítica de la economía política de Marx y, en segundo lugar, los fundamentos de la crítica son considerados con el fin de revelar la esencia de los fenómenos económica y social, oculto por la economía neoclásica a través de sus supuestos teóricos y sus herramientas metodológicas.

Palabras clave: Crítica de la economía política. La teoría del valor-trabajo. Economía neoclásica.

Abstract: In the article in question is performed brief reflection on the critique of Marx's political economy and how it allows, as theory and method, the unraveling of the capitalist economy. For this purpose, at first takes place a discussion of the major schools of economic thought that were the target of criticism of Marx's political economy and, second, the foundations of criticism are considered with the aim to extract the essence of phenomena economic and social, concealed by neoclassical economics through its theoretical assumptions and its methodological tools.

Key-words: Critique of political economy. Theory of labor-value. Neoclassical economics.

A economia política e seus corolários: breve exposição

Em certo momento da famigerada obra *Crime e Castigo*, de autoria de Fiódor Dostoiévski, é travado um diálogo pouco amistoso entre dois personagens, Lújin e Raskólnikov. Para além da trama que estabelece a ligação entre os personagens, o entrevero é resultado de duas formas absolutamente distintas de enxergar a economia e a sociedade. Uma das formas, a de Lújin, conforme observa o próprio Dostoiévski, provém da ética utilitarista de Jeremy Bentham². A outra, a de Raskólnikov, ainda que não seja explicitada na obra, trata-se de uma crítica da economia política burguesa na medida em que parte do

pressuposto de que a dinâmica da economia não é produto de uma racionalidade que paira sobre os homens e que dependeria inteiramente da conduta dos indivíduos na maximização de seus interesses.

A provocação feita por Raskólnikov, ao questionar como fica a questão da ética segundo a concepção de Lújin e de que conforme sua teoria, a de Lújin, não haveria problema em matar as pessoas, é bastante reveladora da essência do modo de produção capitalista e da explicação teórica elaborada com o fito de escamotear suas bases e seu real funcionamento. Isso porque ao defender um suposto “espírito empreendedor”, ao qual se deve tributar tanto a desgraça quanto o sucesso das pessoas, Lújin não levava em conta que esta não é senão uma teoria que justifica o assassinato de muitos homens e mulheres, resultado das próprias condições de existência do capitalismo. Ao contrário, com o propósito de fugir do verdadeiro sentido da questão, Lújin apoiou-se numa estratégia bastante usual naquele contexto – meados do século XIX – bem como no atual em que se observa a proeminência da vulgata “pós-moderna”, a retórica³. À provocação de Raskólnikov, limitou-se a dizer que “uma ideia econômica ainda não é um convite ao assassinato”. (DOSTOIÉVSKI, 2009, p. 165).

Após uma cuidadosa leitura das obras de Marx, acompanhada de uma não menos cuidadosa análise da história mundial a partir do surgimento do capitalismo e do advento de determinadas doutrinas econômicas, bem sabemos como estas, enquanto produto do real que a ele se volta no sentido de legitimá-lo, são capazes de promover toda sorte de atrocidades. As ideias econômicas amiúde são capazes de convidar os homens ao assassinato, nesse caso ao genocídio e, quando não os convidam, ao menos fornecem alibi aos crimes que cometem. O que está em questão, portanto, é o aspecto ideológico da economia que, no decurso da história aprimorou suas teorias e seus procedimentos metodológicos com o propósito de assegurar, cientificamente, os interesses da burguesia⁴.

Tomemos, para efeito de ilustração, os processos decisórios atinentes ao corpo tecnoburocrático do Estado. Constituído em grande parte por economistas, esse corpo opera segundo os imperativos do mercado, sendo que a ele cumpre, por exemplo, o dever de contingenciamento de verbas públicas para a população mais carente ou o aporte financeiro aos grandes empreendimentos, a baixos juros e longos prazos para pagamento, mesmo em períodos de crise econômica. Com o sarcamo e a sagacidade que lhe eram habituais, Marx (1968, p. 872) escreveu, no famoso capítulo *A chamada acumulação primitiva*, que “A única parte da chamada riqueza nacional que é realmente objeto da posse coletiva dos povos modernos é...a dívida pública.” Alude-se, assim, aos rumos tomados por esse campo do saber a que se decidiu denominar, não despropositadamente, de economia e cuja decisão recupera um contexto histórico de transformações profundas na sociedade, dado o progresso da industrialização e o recrudescimento das relações sociais de produção assentadas no assalariamento a partir de meados do século XIX.

Enquanto disciplina, a economia, surgida a partir das reelaborações teóricas promovidas por Alfred Marshall⁵ nos estertores do século XIX, erigiu-se em peça decisiva da superestrutura do modo de produção capitalista. Pertencente ao aparelho ideológico⁶ conformador do conhecimento sobre a realidade, a economia arvorou o direito *par excellence* de explicação dos fenômenos relacionados à distribuição, circulação e consumo da riqueza, ao que obteve êxito, ocupando o proscênio das ciências sociais. Tornou-se, com efeito, o conhecimento necessário não apenas para a explicação, mas para o

próprio acirramento, do processo de industrialização e urbanização que ocorria na Europa e nos Estados Unidos.

Por outro lado, enquanto um vasto conhecimento ligado à ética, a economia política ou economia clássica se debruçou sobre os fenômenos políticos, de sorte que à problemática da riqueza e sua distribuição era reservado um tratamento completamente diferente ao que se deu com o assento da economia enquanto ramo especializado do conhecimento. Sobre esta questão, é bastante esclarecedora a seguinte observação de Teixeira (2000, p. 93): “Na verdade, a expressão economia política está, em sua origem, relacionada a seu inverso, a política econômica – e, portanto, a processos e a decisões que envolvem atores reais no campo da política, suas paixões e interesses.” Acerca desse fragmento, a mesma observação de que faz à economia pode ser feita à política.

Ao se separarem, se, por um lado, a primeira tornou-se ramo do conhecimento ligado aos fenômenos vinculados ao mercado (política econômica enquanto política monetária prioritariamente), por outro, a segunda desdobrou-se em um conhecimento sobre aspectos específicos da atuação do Estado e o comportamento político dos agentes. Ambas tornaram-se, pois, instrumentos de legitimação ideológica do domínio da burguesia e, para efeitos práticos, sob o manto da neutralidade axiológica (ou seja, mecanismos de operacionalização da aparência), argumentos das ações tendo em vista o jogo do mercado e os interesses da acumulação de capital, por um lado, e a mediação dos conflitos sociais e a manutenção dos aparelhos ideológicos no âmbito do Estado, por outro. Depreende-se, finalmente, que a economia política de fato só pode significar política econômica na origem de ambas as ciências, conforme registra Teixeira.

Não é demais o registro de que os pensadores que são considerados expoentes do pensamento clássico, Adam Smith (1723-1790), David Ricardo (1772-1823) e, com as devidas ressalvas, o próprio Karl Marx (1818-1883), não tinham qualquer pretensão de fundarem uma ciência tal qual a ciência econômica hoje existente. Suas preocupações ultrapassavam o âmbito do funcionamento dos mercados, o que atesta a natureza peculiar da chamada economia política em relação à economia e, não obstante, da própria filosofia moral de que a primeira é herdeira e a partir da qual Smith realizou seus estudos sobre o capitalismo em gestação. Mesmo o pensamento fisiocrático, a despeito dos equívocos de análise e da insuficiência de compreensão da produção do valor, se apresenta superior ao que se tornou o chamado *mainstream* da ciência econômica, pelo menos entre meados do século XIX e a primeira década do século XX, o pensamento neoclássico operado por meio da Revolução Marginalista⁷.

Embora os fisiocratas acreditassem na providência da natureza no que concernem os fenômenos econômicos, o que também não é fortuito, dado o contexto histórico de embate entre o capitalismo industrial em ascensão, acompanhado de um intenso processo de urbanização, e as forças do meio rural, estes ao menos recorriam, para suas análises, às bases materiais da produção. Ou seja, a despeito da inexistência de uma teoria do valor que contemplasse a realização do lucro (o limite era a renda da terra, sendo este o excedente ou “produto líquido” para os fisiocratas), pensadores como François Quesnay (1694-1774) e Turgot (1727-1781) foram os primeiros a reconhecerem o trabalho como exclusiva fonte do valor.

Com efeito, há uma conexão entre o plano real e o plano teórico no que concerne o pensamento fisiocrático, sendo esta conexão tanto econômica (teoria do valor que não prescinde da centralidade do trabalho) quanto política (defesa dos postulados como contribuição para a arte de governar). Tal conexão não se observa no pensamento neoclássico, o qual por meio da sua teoria subjetiva do valor, ao advogar que a subjetividade consiste no substrato do valor, opondo-se, portanto, a qualquer forma de interferência dos governos no funcionamento da economia, tornara-se a retórica predileta para a modernidade, exceto nos períodos de crise econômica, especialmente àquelas que são capazes de fazer tremerem seus pilares.

Ao se considerar o contexto histórico, a importância que os teóricos fisiocratas dão à terra (a única classe produtiva segundo Quesnay em sua obra *Tableau Economique*, publicada em 1758, eram os arrendatários capitalistas e os trabalhadores assalariados que desempenhavam atividades agrícolas, os demais trabalhadores pertenceriam às chamadas classes estereis)⁸, atesta que essa corrente de pensamento é produto de uma abstração que tem como peça de análise a concretude das relações sociais.

Ainda que os resultados tenham, de certa forma, ficado à contramão da realidade, considerando que “a tese, caracteristicamente fisiocrata, segundo a qual o excedente ocorre apenas na agricultura é, conseqüentemente, o fundamento de outra tese segundo a qual o capitalismo é uma ordem própria apenas da agricultura,” (NAPOLEONI, 1978, p. 25) não se pode desconsiderar que a dissimulação da relação entre pessoas, como se entre coisas fosse, de longe não se assemelha ao que foi feito pelos neoclássicos: a anulação do papel exercido pelo homem no processo de produção de riqueza uma vez que o valor é desde princípio ignorado, o que se deve a seu axioma.

Tal anulação resulta de uma crença inabalável na supremacia das leis de mercado ou num *apriorismo* radical de influência kantiana. Assim, a esfera da economia, ao suplantiar inteiramente a esfera da política, rogaria o direito à absoluta autonomia, pois que toda e qualquer intervenção poderia comprometer o equilíbrio que as próprias forças de mercado, caso deixadas livres, se encarregariam de promover. Este era o *leitmotiv* do pensamento liberal, ao menos naquilo que consiste o funcionamento da economia. No que tange a política, o liberalismo encontrou em John Locke (1632-1704) um fiel defensor que, em sua obra *Segundo tratado sobre o governo*, publicada em 1689, realizou contundente defesa da propriedade como direito natural e cuja inviolabilidade consistiu num dos principais pilares do Estado liberal burguês em formação. Surgia, nesse período, no contexto político inglês do século XVII, a chamada “sociedade civil”, produto da cisão já mencionada entre a esfera da política e a esfera da economia no âmbito do Estado.

Quase um século após a publicação da obra de John Locke, é publicada, em 1776, a famosa obra de Adam Smith *A riqueza das nações*, na qual o filósofo escocês irá demarcar, no seio da economia política, as premissas fundamentais do liberalismo econômico. Saíram da pena de Smith ideias basilares para o liberalismo econômico como a atuação da “mão invisível” do mercado e a defesa de seu livre funcionamento (*laissez faire*). Historicamente, estas ideias coadunaram-se aos anseios da burguesia que, paulatinamente, ocupava importância social, bem como da própria sociedade civil. Sobre o conceito de “sociedade civil”, sua problematização permite compreender, no plano da ideia, a abstração edificada sob

o reino da aparência, obnubilando o real sentido dos fenômenos. Graças a ele, mas não apenas, foi possível a construção de uma série de figuras fantásticas (de feição fantasmagórica) que moveram e continuam movendo algumas teses da teoria política, mormente aquelas relacionadas à democracia.

Contestando os escritos hegelianos, na *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, Marx atribui à sociedade civil a denominação de *bürgerliche gesellschaft* (sociedade burguesa). Ao conceito que paira sobre a aparência, indispensável para o projeto burguês, Marx concebe a história pela conflitualidade de classes nela existente, seu princípio de movimento, a partir da qual ela se realiza. Tudo o mais não passa de escamoteação da essência, como a questão judaica e a emancipação dos judeus com a conquista de sua nacionalidade. O que interessa, e isto encerra a crítica da crítica crítica é a emancipação humana, possível apenas por meio da superação das condições gerais de produção do modo de produção capitalista.

Neste sentido, *O capital*, obra que veio a lume em 1867, não consiste apenas em obra por meio da qual Marx deslindou o funcionamento do modo de produção capitalista, o processo de acumulação de capital, suas leis e pressupostos, mas o próprio movimento dialético e material no seio da história. Ao partir da mercadoria, seu valor de uso e valor, Marx problematizou a essência coletiva, material e humana subjacente à aparência perpetrada pela ação do indivíduo como consumidor, vendedor, livre e em pé de igualdade com os demais, conforme é apresentado por aqueles que o próprio Marx atribuía a alcunha de economistas vulgares. Apontou que são as relações sociais de produção o cerne do modo de produção, ao que escandiu todo o processo de acumulação de riqueza que tem por base o trabalho alienado. Nas análises aqui feitas, é lançada mão de *O Capital*, mas, sobretudo, das elaborações de Marx no tocante à alienação, dispostas em suas notas de leitura de 1844, as quais deram origem aos chamados *Cadernos de Paris*. Nelas, Marx realizou aguda crítica da economia política pelo seu caráter alientante.

Marx, valendo-se da dialética, ao fornecer explicação sobre o funcionamento do modo de produção capitalista, desvelou o fundamento do caráter fantasmagórico da sociedade. “A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo de produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado.” (MARX, 2006, p. 101). Partindo-se da admissão de que com o desenvolvimento das forças produtivas tornou-se cada vez mais difícil o desprendimento entre a estrutura do processo vital da sociedade e os instrumentos e os processos que a ela conferem um véu nebuloso e místico é que se busca ressaltar a importância da crítica da economia política em sua obra.

A crítica da economia política e a superação da aparência

A crítica da economia política, ao passo que supera os cânones das ciências especializadas no campo das humanidades, tais como a sociologia, a ciência política e a própria economia, aponta não apenas um conhecimento engendrado no primado da totalidade, mas também um método de investigação e análise dos fenômenos humanos. Somente a crítica da economia política, o que se deve ao fato de que seu método encontra-se atado à teoria, é capaz de superar, no reino do conhecimento, a aparência petrificada nos conjuntos de conhecimentos distribuídos e alocados nos cabedais disciplinares. Acredita-

se, mais por ingenuidade e ignorância que por qualquer outro motivo, que a reunião dessas disciplinas permitirá a compreensão dos fenômenos sociais, fornecendo respostas aos dilemas e substância para intervenções. É nesse quadro analítico que se apoia tanto o pragmatismo sociológico quanto o marginalismo econômico com suas explicações mirabolantes sobre a realidade social.

Quando se busca reuni-las com base nesses modelos e seus respectivos paradigmas, julga-se, na hipotética compreensão de um real que se manifesta enquanto aparência e nada mais que isto, ter encontrado o ponto arquimedeano de explicação de eventos como as oscilações dos papéis nas bolsas de valores até a queda do quantitativo de matrimônios na última década. Note que o materialismo histórico consiste no deslindamento das antinomias que aparentemente constituem o real ao destituí-lo de sua aparência. Não há que se investigar a sociedade com base na relação sujeito-objeto, indivíduo-sociedade ou algo que o valha. Partindo-se do princípio da totalidade que é próprio da crítica da economia política marxista, o conceito de classes sociais não é produto de uma classificação no âmbito do pensamento, mas resultado da história, edificado na experiência que determinados sujeitos compartilham. Se há sujeitos, eles possuem historicidade e se há história, ela não se desdobra por sobre os ombros dos homens, conferindo-lhes o papel de mero espectadores, quando muito críticos de seus resultados.

São braços, músculos, dispêndio de energia, de sangue e de suor que se constroem as coisas, os objetos, e, nesse processo metabólico, se produz história. “Esta abstração do trabalho humano geral existe no trabalho médio que qualquer indivíduo médio de uma dada sociedade pode efetuar, é um determinado dispêndio produtivo de músculos, nervos, cérebro, etc., humanos.” (MARX, 2011, p. 15). Realizar tal abstração é fundamental para a compreensão do processo de produção de valor. Por não realizá-la, é que a economia contemporânea produziu, dentre tantas outras aberrações, a chamada “teoria do capital humano” que, na concepção de Blaug (2016, p. 286-287), consiste em um programa de pesquisa cujo pressuposto pode ser sintetizado da seguinte forma:

Todos esses fenômenos – saúde, educação, procura de empregos, busca por informação, migração e treinamento no serviço – podem ser considerados investimento em vez de consumo, sejam executados por indivíduos para seus próprios objetivos ou executado pela sociedade em prol de seus membros.

Ora, trabalho não é capital, ainda que este seja fruto direto daquele. Se assim fosse, o trabalhador, ao realizar o suposto “investimento”, tais como os descritos por Blaug, não se veria mais forçado a vender sua força de trabalho ao proprietário dos meios de produção. Esse é mais um daqueles sofismas infames, conforme definição de Marx, ao asseverar que: “Todas essas teses razoáveis sobre a unidade do trabalho e do capital, da produção e do consumo etc., tornam-se, manipuladas pela Economia Política cuja base é a propriedade privada, *sofismas infames*”. (*grifos do autor*, MARX, 2015, p. 226). A chamada teoria do capital humano escamoteia o fundamento histórico dos fenômenos econômicos, os quais comportam decisões políticas que envolvem as classes sociais. Do ponto de vista histórico, basta considerar a constituição do chamado “mercado de trabalho” fabril e o périplo em torno da luta pela redução da jornada de trabalho para se ter clareza de como a legislação – burguesa diga-se de passagem – ocupou-se da questão operária na Inglaterra durante os anos de 1860⁹.

É assim que a economia política contestada por Marx e, em grau mais elevado a economia de nosso tempo, mistificam a realidade, coisificando relações sociais, tomando-as por naturais. Nesse sentido, a crítica da economia política de Marx consiste em rotunda contestação ao naturalismo, pois não se ocupa dos fenômenos sociais como se entre coisas fossem, isto é, não lida com os fenômenos sociais como estes se manifestam (reino das aparências), mas como de fato são (reino da essência). Tomar o real por sua essência implica no total rechaço à proposta de cisão da ciência em dois ramos, um atinente aos chamados “problemas práticos” (aquele que diz respeito ao como as coisas são) e outro atinente aos aspectos ideológicos, os propósitos políticos (como as coisas deveriam ser). Este rechaço é resultado de um processo de (des) fetichização do conhecimento, cuja realização é operada pela apreensão do real via crítica da economia política.

Assim, a análise calcada no materialismo histórico, ao desvelar o sentido do real suplanta o conhecimento forjado sob as bases da sociedade burguesa. Suplanta, portanto, a economia, ciência do enriquecimento. Isto explica porque o expediente de reunião das disciplinas, mormente a economia, a sociologia e a ciência política, em torno de uma problemática revela-se infrutífero quando não se parte do materialismo histórico enquanto método¹⁰. Por influência do positivismo¹¹, concomitante ao abandono da economia política deu-se o projeto de emancipação das ciências sociais (economia, sociologia e ciência política, principalmente). Tal projeto emancipatório das ciências sociais teve, como substrato, o divórcio entre os fenômenos sociais e os fundamentos históricos da produção e reprodução das condições materiais, questões de que se ocupava a economia política.

Sobre este desiderato percorrido pelas ciências sociais, autores que forneceram contribuições no campo da sociologia do conhecimento, como Theodor Adorno e Charles Mills, mas também economistas heterodoxos, como Gunnar Myrdal, procederam a análises próximas, carregadas de alto nível de criticidade. É claro que a visão crítica de que esses teóricos comungam não consiste na crítica da economia política urdida por Marx. A principal diferença talvez seja o fato de que enquanto a primeira, guardadas as diferenças entre os autores mencionados, busca a realização de um conhecimento calcado na reunião de disciplinas, a segunda, ao fundar-se no primado da totalidade, promove a própria superação, via negação do conhecimento erigido a partir da história pelos seus fragmentos, do conhecimento parcelado¹². Com efeito, o problema de fundo dos teóricos citados distingue integralmente do problema colocado por Marx. Enquanto para este o desvelamento do capitalismo e seus corolários concerne à história (materialismo histórico), para àqueles concerne à epistemologia e metodologia das ciências sociais, conforme fica patente nas passagens a seguir.

Segundo Adorno (2008, p. 322): “Mas, no que se refere por sua vez à economia ou à teoria econômica, ela recusa tudo o que não acontece estritamente no âmbito das relações da economia de mercado vigente e que pode ser matematizado ou calculado [...]” Conforme afirma Mills (1975, p. 96): “O liberalismo da Economia clássica, que ainda influi na configuração de importantes setores da elite econômica, tem sido de permanente utilidade política [...] a noção do balanço, ou equilíbrio, perdura fortemente.” E, ainda, nas seguintes palavras de Myrdal (1962, p. 38):

Durante o seu desenvolvimento, a teoria econômica se tornou cada vez mais isolada das outras Ciências Sociais. Os efeitos dessa evolução têm sido prejudiciais, particularmente porque a pesquisa econômica se limita a tocar constantemente na Psicologia, Jurisprudência, Sociologia, Epistemologia e Filosofia.

Conforme apontado, enquanto esta crítica reside no âmbito epistêmico, a crítica da economia política extrapola esse expediente. Trata-se, por seu turno, de um método e de uma teoria engendrados com base no movimento dialético das forças históricas. Permite que se compreenda a complexidade do modo de produção capitalista ao passo que desvela a natureza da acumulação de capital e o papel revolucionário do proletariado. O contrário consiste na economia política, abandonada com o assento das ciências parceladas (o que permitiu o surgimento da chamada economia neoclássica) e que esteia a ofensiva burguesa na contemporaneidade. Sobre os objetivos da economia política, Marx (2015, p. 194-195) sintetiza em três pontos:

- i) que a economia política não se preocupe absolutamente com o interesse nacional, com o homem, mas somente com a renda líquida, com o lucro, com a renda da terra, que nela aparece como o fim supremo da nação;
- ii) que, nela, a vida de um homem não tenha nenhum valor;
- iii) que o valor da classe operária limite-se aos custos de produção necessários e que os operários só existam em função da renda líquida – vale dizer, para o lucro do capitalista e para a renda do proprietário fundiário. Eles são e devem ser máquinas de trabalho cujo custo deve corresponder exatamente às despesas necessárias para manter o seu funcionamento.

Os pilares da economia política, acima apontados, partem da premissa de que os fenômenos em causa não emanam de relações sociais de produção, importando o processo de distribuição ou circulação do capital. A rigor, essa perspectiva anula o papel dos homens no processo de produção da riqueza e, portanto, da própria história. Neste sentido é que a economia política movia-se por princípios da metafísica, tributando os fenômenos econômicos a causas estranhas às relações humanas¹³. Daí que, em suma, o pensamento marxista enquanto crítica da economia política é humanista por essência, pois que: “a humanidade se situa *fora* da Economia Política e a inumanidade *dentro* dela. (*grifos do autor*, MARX, 2015, p. 195). Assim, ainda conforme as palavras de Marx (2015, p. 191): “Vê-se como a Economia Política fixa a forma alienada das relações sociais como o modo essencial e original do intercâmbio humano e o considera como adequado à vocação humana.”

Desta feita, o substrato da crítica da economia política reside no fato, histórico, aliás, de que uma classe social, a burguesia, ao assenhorar-se dos meios de produção, deteve em suas mãos os mecanismos de acumulação de capital. O cerne do processo de produção de valor encontra-se, pois, na propriedade privada. “Não há riqueza sem propriedade privada e a Economia Política é, em sua essência, a *ciência do enriquecimento*. Consequentemente, não há Economia Política sem a propriedade privada.” (MARX, 2015, p. 186). A crítica da economia política, ao promanar-se de um real com base nos fundamentos de sua produção, restitui, no plano da abstração, a essência dos fenômenos, as relações sociais que são turvadas pelo *fetichismo* da mercadoria e obliteradas por um conhecimento que reserva, à história, um papel anódino.

Os praticantes da chamada economia vulgar, os economistas neoclássicos, ao tomarem seus modelos e equações como instrumentos de análise do real, sem associá-los ao estudo da história,

acreditando que assim está garantida a neutralidade do pesquisador e a precisão dos diagnósticos, acabam por ignorar a principal ferramenta de que pode dispor àquele que busca a apreensão das formações sociais e econômicas, a abstração. Mas não a abstração desprovida de materialidade (idealismo), ao que a história deve fornecer seu conteúdo, com toda a dialética que lhe é própria e que é produto do conflito de classes.

Ao discutir a crença na suposta neutralidade do economista e as condições para o exercício de seu *metier*, Dobb toma a obra de Schumpeter como peça de análise. Considera-se, no trabalho em questão, que as considerações levadas a cabo por Dobb tornam límpidas as reflexões críticas que se pretende empreender acerca da chamada economia vulgar. Segundo Dobb (1977), Schumpeter, ao tratar da questão ideológica na economia, defendia a divisão do conhecimento no âmbito desta ciência em dois ramos: o *ramo da Economia política e do Pensamento Econômico*, e o *ramo da Análise Econômica*. Para Schumpeter se por um lado o *ramo da Economia Política e do Pensamento Econômico* estaria constantemente ocupado de questões ideológicas, o *ramo da Análise Econômica* estaria imune a estas questões. Segundo Dobb (1977, p. 12):

E daqui conclui Schumpeter que, embora “Economia Política” e “Pensamento Econômico” em geral tenham quase inevitavelmente de ser ideologicamente condicionados, a “análise econômica” propriamente dita pode ser tratada como independente e objetiva – um núcleo concreto de técnicas formais e instrumentos, que serão dirigidos por padrões e regras supra-históricas, discutidos e avaliados independentemente [...] Este ponto de vista schumpeteriano, com as restrições e muitas reservas que lhe são feitas, está claramente associado à visão mais grosseira e directa da “caixa de ferramentas” da análise econômica, considerada (pelo menos na sua forma moderna) puramente instrumental, ocupadas com técnicas que podem ser aplicadas a uma grande variedade de fins e situações.

Com efeito, conforme enfatiza Dobb, o expediente de pesquisa neoclássico, em decorrência de seu caráter supra-histórico, que se ocupa não do valor enquanto resultado do processo de produção, mas enquanto resultado da satisfação que proporciona no processo de consumo, tem duas consequências fundamentais. A primeira seria no plano da própria concepção que se elabora do problema, fornecendo aportes teórico-metodológicos à ciência que se pretende edificar. Implica, por seu turno, em tomar a ação do indivíduo, seus interesses, suas volições, escolhas e preferências enquanto premissa do modelo. “Estes eram os átomos últimos do processo de troca e do comportamento de mercado, para a além dos quais a análise não [...] podia ocupar-se do condicionamento ou interdependência social de desejos e reações comportamentais dos indivíduos.” (DOBB, 1977, p. 48-49).

A segunda, de natureza “prática” ou “analítica”, concerne à problemática da distribuição do rendimento entre os fatores. Enquanto no pensamento clássico esta distribuição resulta de condições históricas e sociais, o modelo neoclássico a considera intrínseca à formação dos preços. “Assim, a repartição do rendimento surge como algo independente das instituições de propriedade e das relações sociais: como algo supra-institucional e supra-histórico [...]” (DOBB, 1977, p. 51). Para o pensamento neoclássico, o custo, conformado no processo de produção, cede lugar ao consumo, fundamentalmente à utilidade que a mercadoria possui para o consumidor. Importa destacar que, sendo o comportamento do indivíduo o elemento central de análise da economia neoclássica, esta teve seu instrumental analítico aprimorado com o uso do cálculo diferencial que, segundo Dobb (1977), possibilitou o desenvolvimento do conceito de *acréscimos marginais de utilidade*¹⁴.

Esse expediente é, do ponto de vista da sofisticação teórica, consideravelmente menos refinado que àquele da chamada Economia Política Moderna, o qual, ainda assim, segundo Marx (2015, p. 203) “[...] não enfrenta a sua essência mesma, mas a forma simples dessa essência.” Tal constatação pode ser observada quando se leva em consideração a questão do dinheiro e seus corolários teóricos no âmbito da corrente conhecida como monetarista¹⁵, talvez a que melhor expresse, nesse vertiginoso cipoal de doutrinas econômicas, o papel hipostasiado do dinheiro¹⁶. E assim cumpriu-se a missiva de Marx em seus Cadernos de Paris: “A criação do banqueiro, o poder público da banca, a concentração da fortuna nessas mãos, este areópago econômico da nação, eis a digna coroação do sistema monetário.” (MARX, 2015, p. 207).

Considerações finais

Não é fortuito, conclui-se, que Marx tenha utilizado dos seguintes termos para elucidar a economia política: superstição, sofisma, ilusão, mistificação, fantasmagoria e alienação. Com maior ou menor pertinência, todos eles se assemelham quando empregados com o propósito de se denotar o caráter escamoteador conferido pela economia política enquanto *ciência do enriquecimento* segundo o próprio Marx. Alienação é aquele que reserva maior complexidade e, exatamente por isso, o termo mais adequado para o estudo dos fenômenos ideológicos da sociedade capitalista. Contudo, para uma exposição um tanto sumária da crítica da economia política e do processo de produção do valor os demais, em algum momento, concorrem para a reflexão. Como o dinheiro, que está para o banqueiro como a bíblia para o cristão, é a encarnação hodierna do espírito da acumulação. “Não é surpreendente que esse mediador se converta em um verdadeiro deus, porque reina onipotentemente sobre as coisas para as quais ele me serve como intermediário. Seu culto torna-se um fim em-si.” (MARX, 2015, p. 201).

Ao reinar onipotente sobre as coisas, o dinheiro, por exemplo, obnubila as relações sociais subjacentes aos processos de produção e de troca das mercadorias e encontra, na economia, o campo privilegiado da retórica de sua circulação e expansão. É assim que o capital, no modo de produção capitalista, parece não ter sujeito. Todavia, fora do fabuloso plano das ideias, esse sujeito se revela e o que era aparência cede lugar à essência. Ao revelar-se em sua vítima, o proletariado, manifesta-se – translúcida – a burguesia e seu arsenal teórico de exploração e dominação de classe, do que é perfeitamente admissível que uma ideia econômica pode ser um convite ao assassinato¹⁷. Tal assertiva, é preciso dizer, não é produto de retórica. Pelo contrário, encontra na história seus fundamentos, seu atestado, e o que outrora era metafísica se desfaz como a penumbra numa manhã clara de verão.

Referências

ADORNO, Theodor. *Introdução à sociologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BLAUG, Mark. *Metodologia da economia ou como os economistas explicam*. São Paulo: Editora da USP, 2016.

- DOBB, Maurice. *Teorias do valor e distribuição desde Adam Smith*. Queluz de Baixo: Editorial Presença, 1977.
- DOSTOIÉWSKI, Fiódor. *Crime e castigo*. 6ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- FEIJÓ, Ricardo. *Economia e filosofia na escola austríaca*: Menger, Mises e Hayek. São Paulo: Nobel, 2000.
- GALBRAITH, John Kenneth. *1929: a grande crise*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010.
- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*: ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- LÖWY, Michael. *Ideologia e ciência social*: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 2015.
- MARX, Karl; ENGELS, F. *Cartas filosóficas e outros escritos*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.
- MARX, Karl. *Cadernos de Paris*. Trad. De José Paulo Netto e Maria Antónia Pacheco. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. 23ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Livro 1, vol. 1.
- MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Edições Mandacaru, 1990.
- MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Livro 1, vol. 2.
- MILLS, Charles Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.
- MYRDAL, Gunnar. *Aspectos políticos da teoria econômica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.
- NAPOLEONI, Cláudio. *Smith, Ricardo, Marx*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- PAULANI, Leda. *Modernidade e discurso econômico*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação*: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de economia do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*: investigação sobre sua natureza e suas causas. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).
- TEIXEIRA, Aloísio. *Marx e a economia política*: a crítica como conceito. *Econômica*, nº 4, pp. 85-109, dezembro 2000.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo*: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

Notas:

- ¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Realizou estágio pós-doutoral em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Professor efetivo da Universidade Estadual de Goiás, atuando no curso de Ciências Econômicas e no Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER). Bolsista Probiop, da Universidade Estadual de Goiás. Conduz pesquisas a partir das seguintes temáticas: economia política; marxismo; Estado; imperialismo; capitalismo periférico latino-americano e questão agrária. Email: glauberlx@hotmail.com
- ² Filósofo inglês (1748-1832), responsável pela sistematização de uma filosofia moral calcada no utilitarismo como princípio central da conduta humana.
- ³ Sobre a retórica na ciência econômica, ver “Pós-modernismo, McCloskey e a retórica da Economia”, sexto capítulo da obra “Modernidade e discurso econômico”, de Leda Paulani, a qual veio a lume no ano de 2005.
- ⁴ “Da mesma maneira que os economistas são os representantes científicos da classe burguesa, os socialistas e os comunistas são os teóricos da classe proletária.” (MARX, 1978, p. 138). Sobre esta afirmação, é importante levar em conta que pelo fato de algumas ideias econômicas fornecerem a substância ideológica da burguesia, isto não significa que estas não sejam válidas ou cientificamente fundamentadas. Há que reconhecer que o próprio Marx, para o desenvolvimento de sua crítica da economia

- política valeu-se das contribuições de Adam Smith e David Ricardo, por exemplo. Sobre esta questão, ver: Löwy, Michael. *Ideologia e ciência social: elementos pra uma análise marxista*.
- ⁵ “Foi Marshall (1842-1924), no final do século, que abandonou essa expressão e trocou-a por um novo termo, ao denominar sua obra de *Principles of Economics* (1890).” (TEIXEIRA, 2000, p. 93).
- ⁶ É bastante esclarecedora a afirmação de Louis Althusser, em seu clássico *Aparelhos ideológicos de Estado*, que o aparelho ideológico da escola ocupa, nas sociedades de capitalismo avançado, o principal aparelho ideológico da burguesia. “Afirmamos que o aparelho ideológico de Estado que assumiu a posição *dominante* nas formações capitalistas maduras, após uma violenta luta de classe política e ideológica contra o antigo aparelho ideológico do Estado dominante, é o *aparelho ideológico escolar*.” (*grifos do autor*, 1985, p. 77).
- ⁷ A Revolução Marginalista remonta aos postulados de Karl Menger (1902-1985), Léon Walras (1834-1910) e William Stanley Jevons (1835-1882). Ao confrontar a teoria do valor trabalho, os marginalistas defendiam o valor utilidade, partindo da premissa de que os agentes econômicos pautam racionalmente suas ações visando a maximização de seus benefícios. A Revolução Marginalista encontrou, nos austríacos modernos, especialmente Ludwig Von Mises (1881-1973) e Friedrich Hayek (1899-1992) alguns de seus principais discípulos. Sobre a escola austríaca, ver: Feijó, Ricardo. *Economia e filosofia na escola austríaca: Menger, Mises e Hayek*. Maurice Dobb, no entanto, chama a atenção para o fato de que em seus primórdios não seria correto considerar tal corrente enquanto marginalista uma vez que, segundo ele, ainda não era utilizado o “dispositivo formal de incrementos marginais.” (DOBB, 1977, p. 49). Segundo Dobb, a concepção corrente, postulada por Menger, era a da existência de dois tipos de bens, os bens de primeira ordem e os bens de ordem superior, cuja relação tinha, em suas palavras, o seguinte funcionamento: “[...] os valores dos segundos dependiam dos primeiros de maneira simples, conforme o seu papel no processo unidirecional pelo qual bens ou serviços de ‘ordem superior’ eram produtivamente transformados em bens de consumo e valores de uso finais. Isto, e não a utilização do dispositivo formal de incrementos marginais, foi o ponto capital da nova tendência do último quartel do século dezenove.” (DOBB, 1977, p. 49).
- ⁸ “Neste esquema, a sociedade acha-se dividida em três classes: a classe “produtiva”, constituída pelo conjunto dos arrendatários capitalistas e assalariados que desenvolvem sua atividade no âmbito da agricultura e cujo trabalho é produtivo precisamente no sentido fisiocrático, isto é, como criador do “produto líquido”; a “classe estéril”, constituída por todos aqueles que exercem sua atividade à margem da agricultura, e cujo trabalho não é produtivo, ou melhor, é estéril, não porque não seja útil, mas sim porque não produz excedente; e a classe dos proprietários de terras, que não desenvolve qualquer atividade econômica e que possui o direito à percepção dessa renda, ou seja, de todo o “produto líquido”. (NAPOLEONI, 1978, p. 30).
- ⁹ “A história da regulamentação da jornada de trabalho em alguns ramos da produção e a luta que ainda prossegue em outros para se obter essa regulamentação demonstram palpavelmente que o trabalhador isolado, o trabalhador como vendedor ‘livre’ de sua força de trabalho, sucumbe sem qualquer resistência a certo nível de desenvolvimento da produção capitalista. A instituição de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o resultado de uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora.” (MARX, 2006, p. 343).
- ¹⁰ Na obra “Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico”, Wood expõe o papel do materialismo histórico para se compreender a totalidade e a inseparabilidade entre a política e a economia no âmbito do modo de produção capitalista. Wood trata, dentre outras questões, de como o capitalismo privatiza o poder político.
- ¹¹ O pensamento marxista é talvez a mais contundente crítica já feita ao positivismo, exatamente por isso ele é avesso ao determinismo que, na perspectiva de Comte, legava aos intelectuais a atitude científica da “sábria resignação”. O princípio disto, conforme bem aponta Michael Löwy seria: “Isto significa que, segundo Comte, os males que resultam dos fenômenos naturais são inevitáveis e, face a eles a atitude científica deve ser de sábria resignação, procurando apenas analisá-los e identificá-los. Aplicando esse princípio aos males políticos, ao desemprego, à miséria, à fome, à monarquia absoluta, que também são resultantes de leis naturais, tão inevitáveis e independentes de qualquer vontade social quanto as outras, a atitude correta, positiva, científica é, também nesse caso, de “sábria resignação”. (LÖWY, 2015, p. 53). Dada a imperiosa influência do positivismo, esta tem sido, amiúde, a atitude dos sociólogos, economistas e demais cientistas sociais de nossos tempos. Ainda sobre a crítica de Marx ao positivismo, este coloca, em carta endereçada a Engels, datada de 7 de julho de 1866: “Paralelamente, estou estudando Comte, pois os ingleses e franceses estão fazendo muito barulho com esse tipo. O que admiram nele é o toque enciclopédico, a síntese. Mas, comparado com Hegel, Comte é minúsculo (embora Comte, como matemático e físico profissional, seja superior em questão de detalhes, Hegel é infinitamente superior no conjunto). E esse desprezível e inútil positivismo apareceu em 1832!”. (MARX; ENGELS, 1977, p. 30). Em aula ministrada em 9 de julho de 1968, um ano antes de seu falecimento, Adorno faz menção a esta passagem da carta de Marx. Contudo, a última frase do fragmento, cujo tradutor verteu do alemão para o português, encontra-se da seguinte maneira: “E esse positivismo de merda apareceu em 1832!”. (ADORNO, 2008, p. 324).
- ¹² Cabe reconhecer, no entanto, que a despeito das possíveis limitações resultantes do propósito de se fundar uma sociologia do conhecimento mais do que a de apreender o conhecimento como produto das condições materiais e, portanto, da história consoante os interesses de classe, tais elaborações destacaram, *mutatis mutandis*, o fundamento filosófico subjacente à economia política. Isto é o que se nota, sobretudo, nas elaborações teóricas realizadas na obra de Adorno.
- ¹³ Sobre esta questão, Marx dedicou toda a segunda parte de sua obra *Miséria da Filosofia*. Nela, realiza sete observações sobre a metafísica da economia política ao tempo que desconstrói a obra de Pierre-Joseph Proudhon.
- ¹⁴ É somente a partir destas modificações operadas no pensamento neoclássico que se poderia falar, segundo Dobb, de uma Revolução Marginalista, cuja contribuição inicial se deve aos estudos de Jevons e sua *teoria da utilidade marginal*. Até então a explicação sobre a definição dos preços, no âmbito do modelo neoclássico, residia noutras premissas. Sobre isto, ver nota de número 5. Segundo Dobb (1977, p. 213-214): “[...] o “grau de utilidade final” de Jevons – que permitiu superar os obstáculos que outros tinham encontrado ao pretender sublinhar a importância do valor de uso smithiano, dada a dificuldade que havia em estabelecer uma relação entre o valor de uso e o valor de troca. Foi esta minimização do custo e da produção, a favor da

influência da procura e da utilidade do consumo, que deu origem à alteração que deve ser descrita em termos de desvio no sentido de uma Teoria Subjetiva do Valor.”

¹⁵ “Escola econômica que sustenta a possibilidade de manter a estabilidade de uma economia capitalista recorrendo-se apenas a medidas monetárias, baseadas nas forças espontâneas do mercado e destinadas a controlar o volume de moedas e de outros meios de pagamento no mercado financeiro. (SANDRONI, 2014, p. 566).

¹⁶ Em *A grande transformação*, Polanyi fornece uma percuciente análise, à luz da história, sobre o processo de transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadorias fictícias. A peculiaridade desta última (o dinheiro) resulta do fato de que “[...] é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia.” (2012, p. 78).

¹⁷ É curioso o fato de que, ao perceber os desdobramentos da onda especulativa que ocorria nos Estados Unidos durante a década de 1920, e que resultou na grande crise de 1929, o presidente Hoover tenha ratificado o vaticínio de Dostoiévski. “Há crimes, disse Hoover sobre a especulação, muito piores do que o assassinato, pelos quais os homens deveriam ser censurados e punidos.” (GALBRAITH, 2010, p. 33).

Recebido em: 03/04/2017

Aceito em: 31/05/2017.